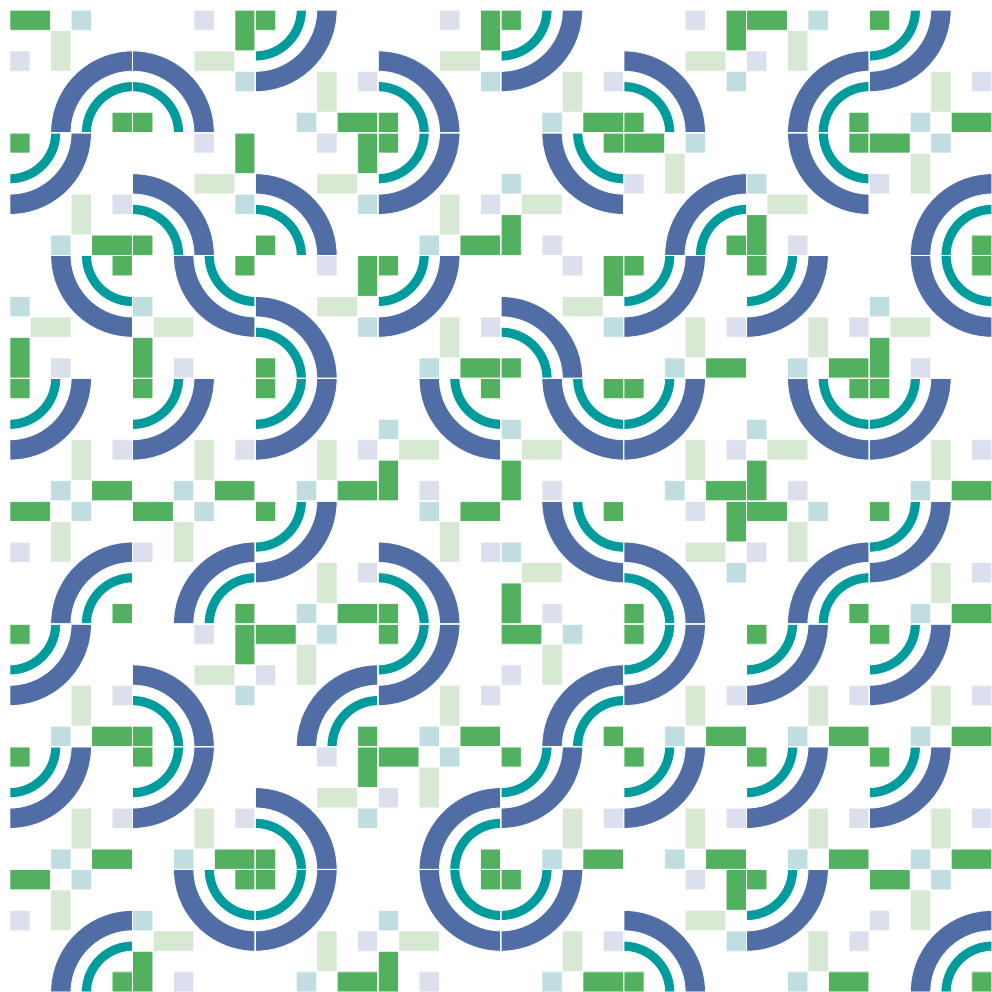

Manoel Rodrigues Alves, Camila Ferreira Guimarães, Diego Ríos,
Manuela Silva Zambrano, Laura María del Rosario Torres (Editores)



RIOS URBANOS NA IBERO-AMÉRICA:
PROPOSTAS TEÓRICO-CONCEITUAIS E METODOLÓGICAS

RÍOS URBANOS EN IBEROAMÉRICA:
PROPUESTAS TEÓRICO-CONCEPTUALES Y METODOLÓGICAS



PROGRAMA IBEROAMERICANO DE CIENCIA
Y TECNOLOGÍA PARA EL DESARROLLO

Manoel Rodrigues Alves, Camila Ferreira Guimarães, Diego Ríos,
Manuela Silva Zambrano, Laura María del Rosario Torres (Editores)

RIOS URBANOS NA IBERO-AMÉRICA:

PROPOSTAS TEÓRICO-CONCEITUAIS E METODOLÓGICAS

RÍOS URBANOS EN IBEROAMÉRICA:

PROPUESTAS TEÓRICO-CONCEPTUALES Y METODOLÓGICAS



UNIVERSIDADE
LUSÓFONA



CENTRO
UNIVERSITÁRIO
LISBOA



PROGRAMA IBEROAMERICANO DE CIÊNCIA
Y TECNOLOGÍA PARA EL DESARROLLO

Esta obra é de acesso aberto. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citadas a fonte e autoria e respeitando a Licença Creative Common indicada.

Universidade de São Paulo

Reitor: Prof. Dr. Carlos Gilberto Carlotti Junior

Vice-Reitora: Profa. Dra. Maria Arminda do Nascimento Arruda

RUN

Ciência Cidadã e Cocriação como Meios de Regeneração de Rios e Minimização de Riscos

Ciencia Ciudadana y Co-Creación como Medios de Regeneración de Ríos Urbanos y Minimización de Riesgos

Ficha Técnica

Editores

Manoel Rodrigues Alves, Camila Ferreira Guimarães, Diego Ríos, Manuela Silva Zambrano, Laura María del Rosario Torres

Projeto gráfico e diagramação

Bárbara Gonçalves Guazzelli

Catálogo na Publicação
Biblioteca do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo

R586

Rios urbanos na Ibero-América [recurso eletrônico] : propostas teórico-conceituais e metodológicas = Ríos urbanos en Iberoamérica: propuestas teórico-conceptuales y metodológicas / editores: Manoel Rodrigues Alves... [et al.]. – São Carlos-SP: IAU/USP, 2024.
384 p.

ISBN: 978-85-66624-41-0

DOI: 10.11606/9788566624410

1. Rios urbanos (América Latina). 2. Paisagens fluviais. 3. Ciência Cidadã. 4. Pesquisa. I. Alves, Manoel Rodrigues, ed. II. Título.

CDD 711.4

Bibliotecária responsável pela estrutura de catalogação da publicação de acordo com a AACR2: Brianda de Oliveira Ordonho Sígolo - CRB - 8/8229

Este trabalho foi (parcialmente) apoiado pelo Programa Iberoamericano de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento - CYTED através da Rede RUN | Rios Urbanos Naturalizados - 420RT0008

Este trabajo ha sido (parcialmente) apoyado por el Programa Iberoamericano de Ciencia y Tecnología para el Desarrollo - CYTED a través de la Red RUN | Rios Urbanos Naturalizados - 420RT0008

This work was (partially) supported by the Programa Iberoamericano de Ciência y Tecnología para el Desarrollo - CYTED through the Red RUN | Rios Urbanos Naturalizados - 420RT0008

Authenticity and rights

In contributing to this book, the authors declare that the essays are his/her/their own original work and have not been published in the same form. The editors, the Department of Architecture and Urban Planning and the Universidade Lusófona cannot be held responsible for the infringement of any third-party rights.

In contributing to this book, the authors agree to grant the red Cyted RUN and Edições Universitárias Lusófona (Lusófona University Press) the rights to reproduce abstracts and essays both in print and on the internet.

ÍNDICE

Introdução	9
Introducción	21

Seção/Sección 1

Território, paisagem e espaço	
Territorio, paisaje y espacio	35

Cap. 1_Narrativas Cartográficas: Metodologias Críticas de Leituras do Território37
Camila Ferreira Guimarães, Manoel Rodrigues Alves e
Nagayamma Tavares Aragão

**Cap. 2_Rios e memória coletiva: que lições a apreender acerca das repre-
sentações sócio-espaciais do rio na obra “O Outro Pé da Sereia” de Mia Couto?...**69
Edson Kiluanje Lourenço e Marluci Menezes

**Cap. 3_Paisaje fluvial: miradas críticas en el medio técnico científico in-
formacional.....**91
Manoel Rodrigues Alves, Gabriela Claudia Pastor e Laura María del
Rosario Torres

**Cap. 4_Racismo Ambiental, Participação Pública, Capacitação e Sistemas
de Accountability: Experiências do Recanto das Nascentes na Negociação
da Água para o Território**115
Nagayamma Tavares Aragão, Luciana Souza Bragança e Gladson Reis

**Productos/herramientas_A memória como pretexto de conexão das pes-
soas com as paisagens fluviais: possibilidades metodológicas**145
Marluci Menezes

Seção/Sección 2

Natureza(s), Ambiente(s) e Conservação(ões)	
Naturaleza(s), ambiente(s) y conservación(es).....	151

**Cap. 5_Territórios comunitários no espaço fluvial cotidiano e as ecologias
possíveis**153
Luciana Souza Bragança, Dória Costa e Marluci Menezes

**Cap. 6_Infraestructuras hidráulicas y riesgo de inundación en ámbitos
urbanos: enfoques para el abordaje de sus relaciones.....**177
Diego Ríos, Fernando Williams e Daniel Kozak

Cap. 7_Territorios en conflicto socioambiental y apuntes para la ciencia ciudadana: Reserva Laguna de Rocha y Vale das Ocupações	209
Sérgio Caruso, Luciana Souza Bragança e Marcela Silviano Brandão Lopes	
Productos/herramientas_PlanforFlooding: Um jogo sobre rios e planejamento urbano para crianças dos 4 aos 8 anos	245
Micael Sousa e Nagayamma Tavares Aragão	
Productos/herramientas_Preservamos: monitoreo comunitario de los ambientes acuáticos	251
Joaquín Cocheró e María Dalponte Ayastuy	
Seção/Sección 3	
Metodologias críticas e abordagens técnicas e cidadãs	
Metodologías críticas y abordajes técnicos y ciudadanos	257
Cap. 8_Estrategia ludificada para capacitar a la comunidad en los procesos de monitoreo en un Sistema de Alerta Temprana.....	258
María Dalponte Ayastuy, Gustavo Adolfo Gómez Agredo, Pablo Augusto Magé Imbachí, Alejandro Fernández, Claudia Milena Hernández Bonilla, María Julieta Lombardelli, María Manuela Silva Zambrano e Diego Torres	
Cap. 9_Rios urbanos como tema de pesquisa e formação: buscando fomentar iniciativas de mobilização e de conscientização comunitária para redução de vulnerabilidades socioambientais.....	296
Eliana do Pilar Rocha, Carlos Smaniotto Costa, Nagayamma Tavares Aragão, Murilo Cesar Rocha Demarch, Antoni Mas-Ponce, Sònia Sánchez-Mateo e Montserrat Pallares-Barbera	
Cap. 10_Inovação pedagógica e sustentabilidade urbana na era da ciência cidadã e pós-normal: um debate sobre o papel das plataformas digitais na educação ambiental.....	338
Marcel Fantin, Nagayamma Tavares Aragão, Manoel Rodrigues Alves, Cátia Cristina Teodoro, Luis Gustavo Bet, Marcela Fernandes da Costa, Joice Genaro Gomes, Gustavo Paixão Menezes, Flávia Cristina Sossae e Ademir Fernando Morelli	
Productos/herramientas_Ágora: construcción de proyectos de ciencia participativa de recolección, con una mirada desde el sur global.....	367
Diego Torres e Alejandro Fernández	
Productos/herramientas_Plataforma Urbverde para o planejamento ambiental urbano	373
Nagayamma Tavares Aragão, Manoel Rodrigues Alves, Marcela Fernandes da Costa, Ademir Fernando Morelli, Marcel Fantin e Flávia Cristina Sossae	
Autores de este libro	379

Manoel Rodrigues Alves [0000-0002-6935-0477], IAU-USP, São Carlos, Brasil. mra@sc.usp.br

Gabriela Claudia Pastor [0000-0001-5321-4393], CONICET IADIZA, Mendoza, Argentina. gpastor@mendoza-conicet.gob.ar

Laura María del Rosario Torres [0000-0002-6389-3550], CONICET – IADIZA, Mendoza, Argentina. ltorres@mendoza-conicet.gob.ar

ARTIGO

Paisaje fluvial: miradas críticas
en el medio técnico científico
informativo

RESUMO

Este ensaio, de caráter analítico crítico, problematiza a noção de paisagem e interroga desdobramentos do meio técnico-científico informacional, para tanto propondo uma abordagem teórica específica para compreender as territorialidades das transformações das paisagens fluviais. Em uma época de intensificação das desigualdades e superposição de tecnologias e infraestruturas, de densificação de objetos técnicos, de fluxos materiais e imateriais, sob um suposto discurso de neutralidade, tanto da tecnologia quanto de objetos técnicos, indagamos: como se desdobram no território e na vida cotidiana estas transformações? como condicionam e configuram as paisagens, o habitat e o patrimônio em territorialidades associadas a paisagens fluviais? Desde a perspectiva geográfica, a territorialidade se define como a ação de significar um lugar e, por um lado, com ele, marcar, gerar e alterar e/ou transformar o território mediante hábitos, ritos, costumes, práticas e usos, por um sujeito individual ou coletivo; mas também, por outro, rupturas na biografia da paisagem. Nesta linha, Bauman, analisando o apego que os sujeitos têm a terra, ao território, a paisagem, nos convoca ao reconhecimento da identidade de pertencimento territorial de nossas paisagens. Massey (2005), nos convida a multiescalaridade de um olhar desde o local ao translocal, ao nacional, mas também ao global, na medida em que, como afirma Mitchell, “nenhuma paisagem é local”. Nesta ótica, assinalamos dois grandes enquadramentos: um ancorado na análise do binômio sociedade-natureza, priorizando alguns elementos para a gestão / criação de paisagens focaliza seu campo de atenção no território; o outro revisa a paisagem como qualidade do urbano. Neste contexto se problematizam dois desenvolvimentos do meio técnico científico informacional na produção de paisagens fluviais desde perspectivas críticas: a paisagem e a cultura territorial; a gestão do habitat na paisagem; e, patrimônios, entre sujeitos e objetos, na reprodução da paisagem. Estes olhares permitem observar alguns processos sociais guiados pela subordinação da natureza à ciência e a técnica, frente aos desenvolvimentos do meio técnico científico informacional vinculado ao caso de Mendoza, em um contexto de aridez.

PALAVRAS-CHAVE

paisagem, paisagem fluvial, território, meio técnico, Mendoza.

RESUMEN

Este ensayo problematiza críticamente la noción de paisaje e interroga los desarrollos en el medio técnico-científico-informacional, proponiendo un enfoque teórico específico para comprender las territorialidades de las transformaciones de los paisajes fluviales. En una época de intensificación de las desigualdades y superposición de tecnologías e infraestructuras, de densificación de los objetos técnicos, de los flujos materiales e inmateriales bajo un supuesto discurso de neutralidad nos preguntamos: ¿cómo se despliegan estas transformaciones en el territorio y en la vida cotidiana?; ¿cómo condicionan y configuran paisajes, hábitat y patrimonio en territorialidades asociadas a paisajes fluviales? Desde la perspectiva geográfica, la territorialidad se define como la acción de significar un lugar y con ello, marcar, generar y alterar y/o transformar el territorio mediante hábitos, ritos, costumbres, prácticas y usos por un sujeto individual o colectivo; pero también de interrupciones en la biografía del paisaje. En esa línea Bauman nos interpela para reconocer la identidad de pertenencia territorial de nuestros paisajes. Nos habla del apego que los sujetos tienen a la tierra, al territorio y al paisaje. Massey, al enfrentarnos con el estudio del territorio y del paisaje, nos invita a un cambio de escalas, a mirar lo local, lo translocal y lo nacional. Pero también lo global, en la medida que, como afirma Mitchell, “ningún paisaje es local”. Sin ánimo de exhaustividad se pueden señalar al menos dos grandes encuadres: uno que, anclado en el análisis del binomio sociedad-naturaleza, focaliza su campo de atención en el territorio y prioriza algunas figuras para la gestión y ordenación de los paisajes existentes, así como la creación de otros nuevos; otro, que revisa el paisaje como cualidad de lo urbano que se proyecta más allá de la ciudad. En este contexto se tensionan los desarrollos del medio técnico científico informacional en la producción de paisajes fluviales desde algunas perspectivas críticas que consideran: el paisaje y la cultura territorial; la gestión del hábitat en el paisaje y los patrimonios entre sujetos y objetos en la reproducción del paisaje. Estas miradas permiten observar algunos procesos sociales guiados por la subordinación de la naturaleza a los enunciados del medio técnico científico informacional vinculado a un caso inserto en condiciones ambientales de aridez como es Mendoza (Argentina).

PALABRAS CLAVE

paisaje, paisaje fluvial, territorio, medio técnico, Mendoza.

ABSTRACT

This essay, with an analytical and critical nature, problematizes the notion of landscape and questions the developments of the technical-scientific informational meddium, proposing a specific theoretical approach to understand the territorialities of the transformations of river landscapes. In an era of intensifying inequalities and overlapping technologies and infrastructures, the densification of technical objects, and material and immaterial flows under a supposed discourse of neutrality – both of technology and technical objects - we ask: how do these transformations unfold in the territory and everyday life?; how do they condition and shapes landscapes, habitats and heritage in territorialities associated with river landscapes? From a geographical perspective, territoriality is defined as the action of signifying a place and, on one hand, with it, marking, generating, altering and/or transforming the territory through habits, rituals, customs, practices and uses by an individual or collective subject; but also, on the other hand, through ruptures in the landscape's biography. In this line, Bauman, analyzing the attachment that subjects have to the land, territory, and landscape, calls us to recognize the territorial identity of belonging in our landscapes. Massey (2005) invites us to embrace the multiscalarity of a perspective that spans from the local to the translocal, to the national, and also to the global, as Mitchell affirms, “no landscape is local.” From this viewpoint, we highlight two major frameworks: one anchored in the analysis of the society-nature binomial, prioritizing certain elements for the management/creation of landscapes with a focus on the territory; the other revisits the landscape as a quality of the urban. In this context, two developments of the technical-scientific informational medium in the production of river landscapes are critically examined: landscape and territorial culture; habitat management in the landscape; and heritage, between subjects and objects, in the reproduction of the landscape. These perspectives allow us to observe certain social processes driven by the subordination of nature to science and technology, in the face of the developments of the technical-scientific informational medium, related to the case of Mendoza, in an arid context.

KEYWORDS

landscape, river landscape, territory, technical medium, Mendoza.

Parte 1: la teoría en tensión

Paisaje es una noción polisémica que presenta características comunes a su tiempo así como diferenciales significativos en su proceso de construcción conceptual. El paisaje como concepto/espacio de investigación no es sólo un punto de vista geográfico o territorial, sino que emerge a partir de los interrogantes a sus propias convenciones puestas en tensión por los movimientos y transformaciones de la sociedad contemporánea en la construcción del conocimiento.

En este sentido, interrogarnos respecto de los aspectos que convergen en la configuración del paisaje, en particular el fluvial adquiere relevancia teniendo en cuenta el contexto en el que los patrones espaciales están progresivamente sometidos a universos referenciales del proceso global de preponderancia del capital; en el que el ámbito público del territorio se enfrenta a un modelo sociotécnico del capital en el que la topología de construcción de lugar está condicionada por un escenario multirreferencial de una sociedad de la instantaneidad; en un momento de transformación del paisaje y del territorio en elementos instrumentalizados, tecnológicos, también culturalizados. En este escenario, resulta relevante la noción de paisaje como objeto de investigación científica, también como objeto de gestión, conservación y ordenamiento condicionado y moldeado por las dinámicas de los contextos socioculturales y socioeconómicos.

Paisaje, espacio y territorio, elementos y procesos de un sistema multiescalar de distintas realidades,;formas, relaciones y tiempos -globales, locales, sociológicos, históricos, geográficos- caracterizan un proceso de hibridación¹ en el que la percepción no implica conocimiento (ya que exige interpretación), sino una dimensión sensorial de la relación paisaje - espacio y percepción².

1 Los procesos híbridos como cuestión a considerar no sólo desde el punto de vista de su producción, sino desde el punto de vista de su recepción y elaboración continua

2 Vale recordar lo afirmado por Santos (1996: 62) *“La dimensión del paisaje es la dimensión de la percepción, lo que llega a los sentidos [...] Nuestra tarea es ir más allá del paisaje como aspecto, para alcanzar su significado. La percepción aún no es conocimiento, que depende de su interpretación y esto será tanto más válido cuanto más limitemos el riesgo de tomar por verdad lo que es sólo apariencia”*. (Santos, 1996: 62)

Es común el empleo de dos concepciones de paisaje: una que considera al paisaje como sinónimo de naturaleza, contemplado y dominado por el sujeto social (ámbito de las artes y la filosofía); otra, como una interacción permanente entre los entornos naturales y humanos (ámbito de las ciencias sociales y ciencias ambientales). Pero, ¿observamos o habitamos paisajes? El paisaje no es solamente una escena que observamos o contemplamos sino el hábitat que practicamos y experimentamos, el que vivimos. Habitamos, condicionamos y conformamos “... paisajes en un presente de actualidad innegociable, de la urgencia infatigable de posibilidades inaplazables, de un espacio contemporáneo que responde a los parámetros propios de una era de transición” (Pastor et al, 2016, p. 147).

En un escenario de fragilidad, -en el sentido de disolución de experiencias, generalmente superficiales- paisajes, espacios y territorios se reproducen como contingentes, híbridos y relativos. A pesar de la relación de experiencia y/o pertenencia³ al espacio, al territorio, en estas prácticas se combinan patrones espaciales y sociales de transformación del paisaje en una mercancía de consumo inmediato. En otras palabras, en un contexto sociocultural diferenciado de distintos paisajes⁴, espacialidades y territorialidades, el consumo se ve condicionado por técnicas del capitalismo neoliberal en un medio de transformaciones de las dimensiones técnicas y tecnológicas. ¿Podemos entonces, entender la noción de paisaje como resultado de una ideología que nos distancia de las cuestiones centrales de la sociedad?

Milton Santos (Santos, 1996, p. 106) señala, por un lado, que desde la Segunda Guerra Mundial el territorio y por tanto el espacio y el paisaje, han quedado cada vez más condicionados por la ciencia, la tecnología y la información; por otro, que es a partir de estas dimensiones que se define la globalización (diríamos mundialización) de cada lugar, proceso expresado en elementos de una configuración territorial cada vez más saturada de información y dotada de una

3 Bauman (2005:47) reconoce la relación pertenencia - identidad en cuanto a la importancia de la identidad de pertenencia territorial al paisaje y en virtud del apego que los sujetos poseen con la Tierra

4 Para ahondar en este aspecto ver Pastor et al, 2016: 144-147)

intencionalidad específica⁵. De allí que, el aumento de elementos y objetos –tanto fijos como de flujo– significa que el paisaje, el espacio y el territorio están cada vez más moldeados por más ciencia, tecnología e información. Velázquez y Gómez Lende (2005, p. 45) sintetizan estas aproximaciones cuando afirman que *“el medio técnico científico-informacional se constituye en la expresión geográfica de la hegemonía de una nueva forma de ser del mundo sustentada en la amalgama totalizante construida por la ciencia y la técnica y su articulación a través del mercado mundial.”*

En una época de sociedad tecnológica, de urbanismo neoliberal guiado, en gran medida, por el capitalismo tecnológico, por una ciencia condicionada por la tecnología y por un conocimiento instrumentalizado donde la metodología reemplaza al método (Santos, 1996, p. 18), las transformaciones del medio técnico científico-informacional (MTCI) producen importantes impactos en el paisaje, tanto en términos físicos como culturales, en lo que se refiere a:

- al ambiente, al impacto ambiental. Mediante la implementación de tecnologías que tienen impactos directos e indirectos en el paisaje, que se expresan entre otros aspectos, en el consumo de recursos naturales y/o el uso de energía para alimentar infraestructuras tecnológicas;
- la tecnología. Paisajes que a menudo resultan marcados por infraestructuras relacionadas con las tecnologías de la información y la comunicación, por estructuras que alteran -material e inmaterialmente- la apariencia y la función de áreas, territorios y espacios, dando como resultado a menudo un paisaje fragmentado, incluso estando densamente conectado;
- transformaciones espaciales y territoriales. El MTCI influye en los patrones de desarrollo y es capaz de inducir una dispersión y expansión de las áreas urbanizadas así como un incremento en la densidad poblacional;

5 *“El territorio, en sí mismo, para mí no es un concepto. Sólo se vuelve un concepto utilizable para el análisis social cuando lo consideramos a partir de su uso, desde el momento en que lo pensamos junto con aquellos actores que lo utilizan. La globalización aumenta la importancia de este concepto”.* (Santos, 2000: 22)

- agricultura, incluso ganadería. Actividades destinadas a la producción de alimentos fuertemente influenciada por la tecnología y la información, que provoca importantes cambios en el paisaje;

- Cuestiones estéticas y culturales. Las infraestructuras tecnológicas, por regla general, implican un impacto visual significativo en el paisaje, alteran la estética de las zonas donde se ubican y generan debates sobre la preservación del paisaje natural o cultural preexistente, así como sus implicancias a la luz del desarrollo tecnológico o la conservación del ambiente. Las tecnologías de la información y la comunicación influyen en el paisaje cultural, pudiendo cambiar los usos y prácticas del espacio y el territorio, perfilando nuevas formas de interacción social y experiencias culturales.

En general, las constantes transformaciones del MTCI dan forma al paisaje de maneras diversas, complejas y variadas influyendo tanto en la apariencia física como en la cultura y la dinámica socioeconómica, moldeando continuamente la sociedad y la forma de las interacciones en las que se produce el paisaje.

En este capítulo abordamos el paisaje como elemento activo de la política y gestión del patrimonio y del ambiente, con el fin de cuestionar sus valores en la búsqueda y definición de modelos para la regeneración de los cursos de agua. Se avanza sobre el caso Mendoza, donde el agua para riego es el eje que ha organizado el territorio (Montaña et al., 2005), concentrando en los oasis irrigados los sectores más dinámicos –económicos, sociales políticos- aun a costa de una huella ecológica sumamente alta (Torres, 2010). Caracterización que haremos propia para abordar un objeto técnico como las infraestructuras territoriales del paisaje fluvial en un gradiente natural –rural – urbano.

El supuesto de partida que guía estas reflexiones es que el medio técnico científico e informacional se halla moldeado por un conjunto de conceptos anidados en presupuestos de pensamiento hegemónico que, desde la subordinación a una condición urbana del territorio, resignifican las naturalezas y los paisajes en y a través de infraestructuras. Asociado a ello, la racionalidad técnica inherente a las infraestructuras conduce a una especialización espacial que fragmenta territorios y escinde la estructura y los componentes relacio-

nales de los paisajes, urbanos y fluviales, particularmente. Considerando la multiescalaridad y complejidad de estas transformaciones, surge la pregunta de hasta qué punto el impacto sobre el territorio de los paisajes fluviales implica necesariamente una reestructuración regional, similar a la urbana. [...]” lo urbano es entonces una “abstracción concreta”, en la que las relaciones socioespaciales contradictorias del capitalismo -mercantilización, circulación y acumulación de capital, así como formas relacionadas de regulación/impugnación política) están territorializadas -encarnadas en contextos concretos y, por tanto, fragmentadas- y a la vez, generalizadas -extendida por cada lugar, territorio y escala y, luego, universalizada-” (Brenner, Schmid, 2014; Stanek, 2011)

En lo que sigue el trabajo presenta los discursos emanados de algunos organismos internacionales, referentes del MTCI vigente, que vertebran las principales acciones a escala del paisaje que tienen lugar en un caso paradigmático sito en las tierras secas del oeste argentino: Las áreas urbanas del oasis norte de Mendoza. Territorios en los que las aguas de los ríos discurren por la red de provisión para el consumo humano y por la grilla de canales y acequias que proporcionan el riego tanto para la producción agrícola como para el riego del arbolado y espacios verdes urbanos, mientras los cauces naturales se encuentran secos a partir de las infraestructuras de regulación.

Parte 2.: Mendoza y la producción de paisaje en la cultura territorial de tierras secas

La provincia de Mendoza se sitúa en el centro oeste argentino, corazón de las tierras secas argentinas, al pie de la cordillera de los Andes. Sobre una superficie de 150.839 km² que alberga 2.014.533 habitantes (INDEC, 2022) y un exiguo régimen de precipitaciones (200 mm/anuales), el 4,8% de la superficie provincial es beneficiaria de riego a través de canales que se surten del agua que desciende de la cordillera. Cuatro oasis irrigados dan oportunidad al desarrollo de la agricultura y al establecimiento de las principales ciudades. El mayoritario lienzo de tierras no irrigadas, históricamente consideradas “improductivas”, cobijan en la actualidad la producción de alimentos, especialmente de origen animal y dan espacio a otras

actividades productivas, dentro de las que destacan las de perfil extractivo.

La ciudad de Mendoza y su área metropolitana se insertan en el oasis norte, el de mayor envergadura del concierto provincial. Posee cerca de un millón de habitantes, concentra el 65% de la población provincial y el 71% de la población urbana. Su localización estratégica en el sistema urbano nacional y el corredor bioceánico Buenos Aires (Argentina) - Valparaíso (Chile) le otorga relevancia como prestadora de bienes y servicios tanto a nivel local y regional como internacional (UNICIPIO, 2017, p. 14). La gestión territorial del área metropolitana reúne siete municipios, bajo una estructura supra destinada a articular acciones, que se conoce como UNICIPIO.

El área urbana de la ciudad de Mendoza recepta el agua que vierte el río Mendoza, mediante una densa red de canales y acequias que la distribuyen en y más allá de la ciudad. En la ciudad, satisface las demandas de consumo de la población; más allá, da espacio al despliegue de la agricultura.

Esta ciudad de tierras secas situada sobre una malla de arroyos temporarios y canales, que incluso en tiempos coloniales permitieron la producción de alimentos, en el presente concibe los cursos de agua que aún discurren por sus trazas naturales-aunque reguladas e impermeabilizadas- como sistema de defensa aluvional frente a potenciales amenazas (Figura 1). Amenazas que derivan, por ejemplo, del riesgo de inundaciones y aluviones sobre los territorios ubicados aguas abajo y que han supuesto un despliegue de infraestructuras y saberes técnicos dispuestos a controlarlos para salvaguardar el artefacto urbano⁶. A partir de 1939 y en sucesivas actuaciones estos arroyos fueron regulados y canalizados sus caudales temporarios, habilitando la producción de suelo urbano y afectando sus funciones ecosistémicas (Robles, Martínez y Boschi, 2019).

6 Áreas urbanas y sus ramificaciones físicas en las que se subsumen elementos y atributos que caracterizan la producción del paisaje artificial (Santos, 1996; Bartorila, 2010)

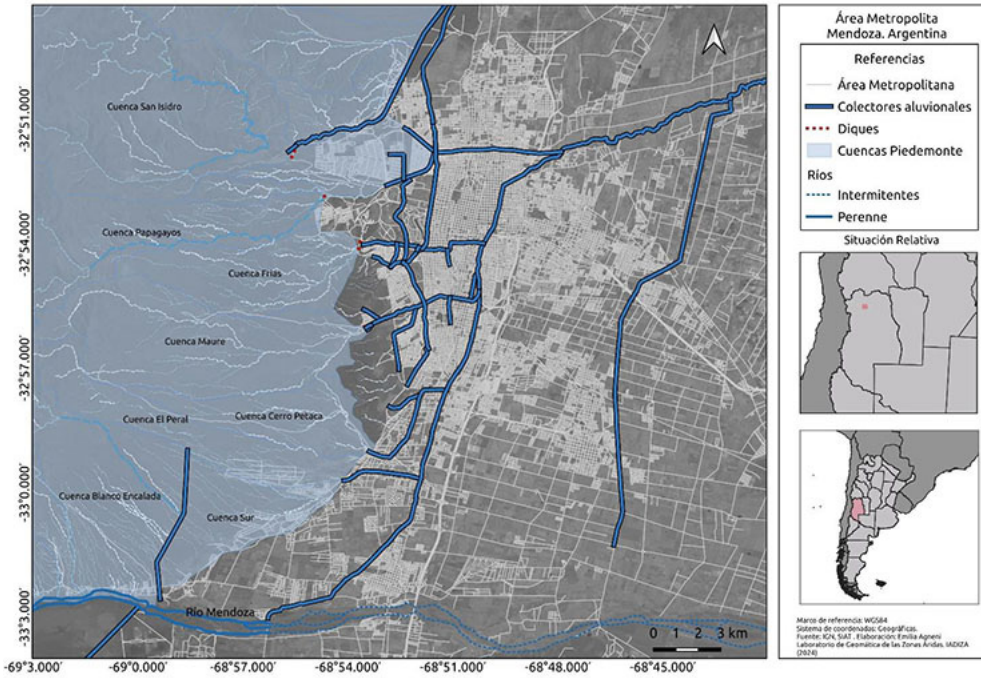


Figura 1. Cursos de agua en el Área Metropolitana Mendoza. Elaboración Emilia Agnelli para Laboratorio de Geomática IADIZA. 2023

Acuerdos y tensiones de los paisajes fluviales en la gestión del proyecto urbano a partir de los discursos hegemónicos.

Según datos el Banco Mundial en 2006 el 50% de población era urbana y otro tanto rural en el planeta. En 2022, 16 años más tarde el 57% de la población del planeta era urbana, así como el 82% de la de América Latina y el Caribe. Esta condición urbana global llevó a afirmar que nos encontramos en una “era urbana”, tesis largamente discutida por diversos autores (Brenner y Schmid, 2014). Una tendencia que, por otra parte, ha disparado un conjunto de estudios críticos en los que se advierte acerca de las consecuencias de adscripción a este supuesto (Armijo, 2000; Torres, 2022; Arcia y Ezquinaga, 2023). Sin embargo, estas miradas críticas no logran amalgamar un posicionamiento compartido (Guerra et al, 2011) tanto teórico como metodológico que permita una lectura más acabada de las tramas socioterritoriales del espacio habitado.

En este marco, una mirada de detalle sobre las principales acciones que desarrollan los gobiernos locales en la ciudad, informa la generalizada adscripción a los postulados que emanan de distintos

organismos internacionales, en teoría, dispuestos a pensar ciudades resilientes, sustentables y justas. Dentro de un conjunto mayor, destaca un fuerte alineamiento a las propuestas y recomendaciones de acción que derivan de organismos referentes de las políticas urbanas y territoriales globales como es el Programa de Naciones Unidas para los Asentamientos Humanos. Bajo el desafío de alcanzar los “Objetivos de Desarrollo Sostenible” (ODS) amparado en la premisa “*La urbanización sostenible es fundamental para la consecución de los objetivos mundiales de desarrollo*” (ONU_Habitat s/f:3), este organismo despliega 26 tópicos⁷ que constituyen los principios guía para “*Una mejor calidad de vida para todos en un mundo en proceso de urbanización*” según su consigna en castellano o “*for a better urban future*” en inglés. En sintonía con estos postulados, algunos gobiernos locales de Mendoza postulan la creación de Smart Cities, otros recuperan las narrativas articuladas a la renaturalización, la planificación y regeneración urbana y el estrechamiento de las vinculaciones urbano-rurales, todos ellos bajo un paraguas discursivo de “sostenibilidad creciente”. Un paraguas que, además, se muestra interesado en establecer y profundizar alianzas con el sector académico, científico y tecnológico, de donde derivan “saberes expertos” útiles a la gestión de la ciudad. Entre ambos y como nexos encargados de la financiación de las acciones, un ramillete de bancos de capitales nacionales e internacionales median y encauzan el proceso de toma de decisiones en el territorio en base al interés en promover a las ciudades y los procesos de urbanización como impulsores del desarrollo, innovación y “*prosperidad económica y social*”. En los últimos años, estos entes financieros guiaron en gran medida el diseño y gestión de las políticas públicas de los municipios, también en áreas y nodos estratégicos. Entre ellos destacan el Banco Interamericano de Desarrollo (BID)⁸, la CAF (Banco de desarrollo de América Latina

7 Cambio climático, género, vivienda, derechos humanos, innovación, seguridad en la tenencia de la tierra, gestión metropolitana, movilidad y transporte, política urbana nacional, resiliencia y reducción de riesgos, mejora de barrios marginales, gestión de residuos sólidos, Economía urbana y finanzas; energía urbana, gobernanza urbana, salud urbana, legislación urbana, migración urbana, planeamiento urbano, regeneración urbana, seguridad urbana, vinculaciones urbano-rurales, revisiones locales voluntarias, agua y saneamiento, juventud.

8 A través de la Iniciativa Ciudades Emergentes y Sostenibles (ICES), fundamentalmente.

y el Caribe)⁹.

Múltiples cuestiones se desprenden de esta conjunción de postulados, pero aquí interesar señalar al menos dos que resultan relevantes. Una, el inexorable futuro urbano del planeta que se lee en el discurso de ONU Hábitat y que la ciudad de Mendoza reitera; y relacionado a ello, la desatención de los desajustes que el mismo modelo estaría planteando (Arcia y Ezquinaga, 2023). Además, la reiterada presencia de unos actores en el convite a ordenar y gestionar territorios justos y resilientes y, la reiterada omisión de aquellos otros que, dotados de capital, finalmente modelan el territorio. Una situación que adquiere en Mendoza particulares ribetes y que no alcanza a ser perforada por aquellos discursos y prácticas alternos que postulan otras formas de habitar y construir paisaje.

Como resultado del conjunto de inspiraciones y decisiones que los gobiernos locales llevan adelante, los paisajes fluviales son diseccionados. En un contexto de tierras secas donde el agua computa como recurso en sí mismo, los paisajes fluviales a los que da oportunidad el agua, en particular cuando se encauza y adentra en la ciudad, no alcanzan siquiera a computar como bien de interés ni aun para el ordenamiento territorial. Si lo son, paradójicamente, para el capital privado, para el que los ríos y canales así como vertientes y acuíferos subterráneos aportan naturalezas sobre las que cimentar paisajes de privilegio (Duncan y Duncan, 2004; Pastor, Torres y Marinsalda, 2020; Ríos 2023) para quienes pueden usufructuar las plusvalías territoriales, construidas por el Estado y derivadas de estas valoraciones diferenciales.

En un conjunto de enunciados de “buenas intenciones” y dulcificado por el discurso ambiental, la hegemonía urbana no se cuestiona. Contrariamente, el discurso uniformador para todo el planeta -personas, paisajes, condiciones ambientales, naturalezas humanas y no humanas- se refuerza toda vez que pone en valor a los gobiernos locales y se vale de metodologías de corte participativo. En este sentido, las tecnologías blandas que los discursos hegemónicos incor-

9 Mediante líneas de financiamiento para el fortalecimiento de la infraestructura del país, a programas de educación, al apoyo a temas de nutrición infantil y a programas de obras básicas de agua potable.

poran apelan a desarrollos teórico-metodológicos nacidos al abrigo de paradigmas de sentido contrario, que se orientaban a dar cabida a los grupos no hegemónicos. El realce y apropiación que ahora hacen de ellas los gobiernos locales, aun cuando entroniza con una narrativa que dice reconocer el valor de lo local, tiende a resolverse en instancias de participación social dirigidas por “think-tanks”, que depositan el peso de los cambios en los individuos, y en los municipios. Estos últimos que, en la batalla por capturar fondos internacionales, ven resentida su capacidad para re-situar los paquetes tecnológicos que derivan de los fondos internacionales, promovidos por las líneas de acción enmarcadas en los ODS.

Parte 3: Los paisajes fluviales como bisagra entre discursos y acciones en las tierras secas.

En los albores del siglo XXI comienza a cobrar protagonismo en la planificación urbana las llamadas infraestructuras verdes y azules (Kozak et al, 2022). Denominación que empieza a ser aceptada para los corredores biológicos y los ríos y cuerpos de aguas diversos entre otros bienes de la naturaleza. Asociado a ello, y casi una década después, diversos autores se abocaron a conceptualizar al paisaje mismo como infraestructura y soporte estructural (Belanger, 2017). Así desde este enfoque, el paisaje procura ser operacionalizado en el marco de la gestión territorial como totalidad y sus elementos componentes comprendidos y analizados como red y estructura del territorio (Doherty & Waldheim, 2017)

La concepción infraestructural del paisaje como estructura previa para la construcción urbana del territorio se halla acompañada por la dotación de dispositivos discursivos que en grado variable, articulan desarrollo urbano y los bienes de las naturalezas. En este sentido, interesa señalar al menos cinco de las líneas de acción que propone ONU Habitat que encuentran su correlato en los paisajes del ámbito urbano mendocino. Se trata de las referidas a la gestión urbana y saneamiento - como condición primordial para la agenda de desarrollo urbano y de financiamiento para la gestión del agua-; espacio público –desde un enfoque integrado e interactivo procura el desarrollo sostenible del espacio público considerando los frentes costeros ; planificación urbana –como buena práctica que procure

el diálogo colaborativo entre diversos actores del desarrollo urbano; regeneración urbana - orientada a la transformación y desarrollo de ciudades a partir de la remodelación de áreas urbanas consolidadas pero degradadas, particularmente en el centro de la ciudad-; vinculaciones urbano-rurales-a través de un sistema de principios rectores procura armonizar la gobernanza de un desarrollo territorial integrado. (UN Habitat).

En el caso de Mendoza, las políticas públicas desplegadas por los gobiernos locales que se analizan, articulan un conjunto de estrategias y planes que adscriben a las líneas de acción mencionadas. Para ello despliegan lineamientos y programas que les permita obtener los reconocimientos en esos aspectos para los territorios que gestionan. Más que reconocer el paisaje o el “sistema de sistemas” como lo definiera Belánger (2017) las líneas de acción impulsadas por ONU Habitat se pronuncian sobre elementos y políticas sectoriales que en conjunto no alcanzan a comprender, tampoco a abarcar, al complejo paisaje como la “infraestructura” que implica la construcción social previa. Es decir, el paisaje se escurre de la comprensión holística y acción territorial, no sólo a escala de planificación municipal si no también, a escala de gestión metropolitana. Pero además y en ese sentido, los procesos de gobernanza local, no logran incorporar en su agenda el paisaje construido como patrimonio bio-cultural a gestionar, cuestión que se explicita especialmente en la relación de la ciudad con los ríos temporarios, ya sea los naturales que bajan del piedemonte metropolitano o las acequias y canales que surcan el espacio urbano. Tampoco a escala de los espacios urbanos de las adyacencias a estos cuerpos de agua en los que los distintos ámbitos de incumbencia de la gestión vuelven a escindir lugares, gentes, aguas, cauces, canales, bordes, espacios públicos y, las vinculaciones urbanas rurales particularmente significativas en cuanto a su potencial aún latente, como corredor ambiental y conector socio-territorial.

En línea con lo anterior, el urbanismo neoliberal resultante, guiado por el capitalismo tecnológico, por una ciencia condicionada por la tecnología y unas metodologías que reemplazan al método -y que al hacerlo subvierten su sentido-, tracciona transformaciones en los paisajes que, en definitiva, los homogeneizan y empobrecen; problemas que se agudizan al comprenderlos y analizarlos como patrimonio territorial. Efectivamente, si el paisaje es testimonio de los

saberes locales, de la cultura desplegada en el espacio, la homogeneización enmascara las singularidades y valores de ese patrimonio bio diverso y cultural. Si se recuperan las dimensiones antes descritas, donde estas transformaciones se patentizan, es posible identificar algunas tendencias comunes en municipios metropolitanos en cuyos territorios se corporizan y expresan paisajes fluviales.

A partir de visiones que se dicen “globales, inclusivas, eficientes, inteligentes y sustentables” las principales intervenciones municipales se piensan en el campo de la infraestructura, ordenamiento territorial y financiamiento, en las estrategias de comunicación y en la preocupación por el medio ambiente, la cultura y la participación ciudadana. Llevadas al plano material, estas premisas se resuelven con la mediación de los lenguajes digitales y profusa presencia en las redes sociales.

Los diálogos y tensiones de las dimensiones locales y globales que se escenifican en el paisaje territorial y urbano cobran una expresión superlativa a través de la consecución de insignias para la gestión. Sin menospreciar los estímulos y desafíos que esos postulados implican, y considerando también la multiesclaridad de las transformaciones, las expresiones tangibles aún resultan limitadas a versiones restringidas de acotado alcance en el paisaje.

Recuperando las articulaciones en el paisaje ...

A partir del caso analizado y se recuperan los aportes teóricos de Santos (1996) se observa un conjunto de transformaciones que el medio técnico científico informacional es capaz de imprimir sobre el paisaje:

-En el medio ambiente, siempre dentro de una retórica que postula la sustentabilidad, los gobiernos municipales apuestan por la movilidad sustentable, las energías limpias y la gestión de los residuos, que traducen en carriles para bicicletas, estaciones de recarga con energía solar puntos verdes y recogida selectiva de residuos. En los paisajes fluviales predomina la estrategia de impermeabilización como solución hegemónica en aras de control de riesgos, la eficiencia del saneamiento y el riego. Se agrega usos recreativos como articulación

urbano rural.

-En materia de infraestructura la creación y renovación de espacios públicos se ve remodelada al compás de la inserción de espacios tecnológicos y de afianzamiento de la comunicación de la gestión sustentable urbana. En paralelo, se verifica una acentuación de las distancias sociales en paisajes disciplinados que relegan en gran medida, los usos previos recreativos y de integración social.

-En las transformaciones espaciales y territoriales que en relación con lo mencionado, apuestan por la densificación de la ciudad por cambios en las funciones y en las estructuras e infraestructuras de los espacios públicos urbanas en una débil articulación con los cursos de agua. Transformación de los espacios señalados como obsoletos, resignificados en nuevos espacios, vinculados a las versiones vanguardistas del entorno técnico-científico-informacional. Pero también en la expansión urbana hacia espacios naturales asumiendo altos costos socio-ambientales. En uno y otro caso fuertemente inspirados en los saberes científicos que, sin embargo, son reescritos a la luz de las insignias alcanzadas por los gobiernos locales en relación a sus compromisos con los ODS.

-También en la producción de alimentos de proximidad, que se ha visto influenciada por la tecnología y la información, que ha provocado fuertes cambios en el paisaje. En este sentido se estimulan los usos recreativos de los paisajes rurales y fluviales con la consiguiente erosión de sus usos productivos, el estrechamiento de las economías domésticas rurales y la erosión de los soportes a las naturalezas no humanas.

Finalmente, la dimensión estética y cultural impregna todas las dimensiones anteriores, ya sea porque poseen un impacto visual significativo, como porque pretenden perfilar nuevas formas de interacción social y experiencias culturales desancladas en gran medida de las configuraciones locales.

Consideraciones finales

Ocorre con las ciudades como con los sueños: todo lo imaginable puede ser soñado pero hasta el sueño más inesperado es un acertijo que esconde un deseo, o bien su inversa, un miedo... De una ciudad no disfrutas las siete o setenta y siete maravillas, sino la respuesta que da a una pregunta tuya.

Italo Calvino. Las ciudades invisibles

El paisaje tanto como categoría analítica y como objeto del mundo real, puede dar cuentas de las construcciones sociales presentes en un territorio, de las emociones, valores, relaciones afectivas y también de poder. En tal sentido, este ensayo aporta un conjunto de miradas para el análisis y comprensión de la producción de paisajes asociados a los cuerpos de agua en territorios metropolitanos, particularmente los insertos en contextos ambientales signados por la aridez.

El paisaje “es la historia de miradas” (Aliata y Silvestri, 1994) y por tanto la herencia de miradas diferentes. Miradas provenientes no sólo de distintos actores y momentos en el tiempo, sino también de diversas disciplinas, enfoques y escalas. “Todo paisaje pertenece a un espacio y a un tiempo concretos en el sentido más materialista de ambos términos ... hecho geohistórico que puede ser objeto -será siempre objeto- de diferentes miradas, percepciones, interpretaciones y lecturas.” (Nogué, San Eugenio, Sala, 2020, p. 77). La noción paisaje integra las percepciones de la interacción entre los factores naturales y culturales en cualquier porción del territorio (CEP, 2000) al lugar y su imagen generada y proyectada nuevamente en el mismo paisaje (Martínez de Pison, 2006 en Ribas Palom, 2006), a la construcción social que a lo largo del tiempo los distintos actores han realizado sobre las otras naturalezas, mediante consenso o no.

Esto le lleva a M. Santos a afirmar que el paisaje es una “marca de la historia del trabajo, de las técnicas “[...]”de los modos representativos de diversas maneras de producir las cosas, construir el espacio” (Santos, 1996, p. 65). En este marco, los hallazgos desvelados por el caso de referencia al que aquí hemos hecho referencia, han dado pie para formular algunas consideraciones o nuevas hipótesis para

desvelar en el futuro.

Los ríos, cuerpos de agua y el agua misma -como parte de los bienes comunes de la sociedad- adquieren valores superlativos para sostener la vida en contextos de tierras secas. Un doble discurso se desprende de esta valoración. Por un lado, el relativo a la necesaria eficiencia en su aprovechamiento, dadas las condiciones limitantes de la oferta ambiental. Por otro, las decisiones que, avaladas por la mencionada “eficiencia” y por el poder que les asiste a quienes definen directa o indirectamente las políticas y acciones públicas, estarían disociando los ríos, cuerpos de agua y el agua misma en elementos sujetos a gestiones no integradas derivadas de la disección de los paisajes fluviales. Consecuentemente, el espacio público al que esos mismos bienes de la naturaleza tributan, ve condicionado sus propios valores de articulación ciudadana y de su esencia (en cuanto espacio de alteridad) en virtud de las “bondades” que la gestión eficiente estaría tendiendo a implementar.

El paisaje fluvial es una construcción social que se articula sobre bienes de las naturalezas que el medio científico técnico informacional concibe como “infraestructuras urbanas”. Una concepción que conlleva la subordinación de las vidas no humanas a la prestación de servicios reglados y disciplinados a medida de lo urbano, aún más allá de las ciudades. Los grandes lineamientos hegemónicos legitimados incluso, por los paquetes metodológicos asociados, finalmente, confluyen en el proceso de despatrimonialización del territorio y consecuentemente, del paisaje. Cuestión que se consolida mediante las acciones derivadas de las políticas públicas implementadas por los agentes locales a partir de los estándares de los organismos internacionales de referencia. En ellos, ciertas entidades como los paisajes fluviales terminan siendo una “anomalía” hasta en las porciones de naturaleza contenidas en el contexto metropolitano. De allí, que el disciplinamiento de esas naturalezas que desde el medio científico y técnico se han desplegado, hayan llegado a disociar componentes y articulaciones que, el gradiente de artificialización de la producción de paisaje se pone en escena fundamentalmente en el espacio público.

En paisajes que demandan otros caminos alternativos proponemos recuperar el pensamiento crítico en territorios de lo indeterminado,

como un intento de contrarrestar clasificaciones apresuradas o dualidades obsoletas. En un escenario en el que los patrones espaciales se someten cada vez más a universos referenciales de un proceso global condicionado por una nueva hegemonía política, económica y social que, además, estructuran y promueven el uso y apropiación del espacio, sus paisajes y territorialidades, es en el despliegue de transformaciones del entorno técnico-científico-informacional que tiene lugar la disolución de relaciones estables con la geografía física y cultural del espacio mismo y, donde el pensamiento contemporáneo se enfrenta a la tendencia totalizadora de la preponderancia del capital sobre la vida pública. En este contexto cobra fuerza el discurso del filósofo francés Claude Lefort, para quien “la supervivencia y extensión del espacio público son la cuestión que está en el corazón de la democracia” (1988, p. 43). Orientar las transformaciones contemporáneas del paisaje y del ambiente urbano desde la perspectiva del espacio público, es en definitiva, orientar las posibilidades de realización de la democracia en el presente y como proyección de futuro.

Bibliografía

- Aliata, F., Silvestri, G. (1994) El paisaje en el arte y en las ciencias humanas. Centro Editor de América Latina, Buenos Aires.
- Arcia, D.A. & Ezquiaga, J.M. (2024). Cartografías de la Urbanización Concentrada. Un análisis comparado de iniciativas globales, regionales y nacionales en América Latina. *ACE: Architecture, City and Environment*, 18(54), 12031. <https://doi.org/10.5821/ace.18.54.12031>
- Armijo Z., Gladys. (2000). La faceta rural de la Región Metropolitana: entre la suburbanización campesina y la urbanización de la elite. *EURE (Santiago)*, 26(78), 131-135. <https://dx.doi.org/10.4067/S0250-71612000007800007>
- Bartorila, M. Á. (2010). Tesis Doctoral: Articulaciones entre artefacto urbano y ecosistemas naturales: exploraciones proyectuales en los Ecotonos Urbanos de Mérida, Venezuela. Disponible en: <http://hdl.handle.net/10803/399919>

- Bauman, Z. (2005). *Identidad*. Madrid: Editorial Losada.
- Bélanger, P. (2017). *Landscape as infrastructure*. Routledge.
- Brenner, N. and Schmid, C. (2014), The 'urban age' in question. *Int J Urban Reg Res*, 38: 731-755. <https://doi.org/10.1111/1468-2427.12115>
- De Europa, C. (2000). *Convenio Europeo del Paisaje*.
- Doherty, G., & Waldheim, C. (2017). *What is landscape. Is Landscape, Essays on the identity of Landscape*. Routledge.
- Duncan J. y Duncan, N. *Lanscapes of Privilege: The Politics of the aesthetic in de American suburb*. New York: Routledge, 2004.
- Guerra, C.; Pérez, M; Rodigues, M y Tapia C, (2011). Espacialidad y poder. El territorio como Demo: Demo (a)cracias. En Guerra, C.; Pérez, M y Tapia, C. *El territorio como "Demo": demo(a)grafías, demo (a)cracias y epidemias*. Universidad Internacional de Andalucía.
- Kozak, D.; Henderson, H.; Rotbart, D.; Aradas, R.(2021). Beneficios y desafíos en la implementación de Infraestructura Azul y Verde: una propuesta para la RMBA; Teseo; 223-244
- Massey, D. (2005). La filosofía y la política de la espacialidad: algunas consideraciones. En L. Arfuch, Leonor (Comp.), *Pensar este tiempo: espacios, afectos, pertenencias* (101-128). Buenos Aires. Editorial Paidós.
- Mitchell, D. (2007). Muerte entre la abundancia: los paisajes como sistemas de reproducción social. En J. Nogué (Ed.), *La construcción social del paisaje*. Madrid: Biblioteca Nueva.
- Montaña, E., L. Torres, E., Abraham, E., Torres, y Pastor, G. (2005). *Los espacios invisibles*.
- Subordinación, marginalidad y exclusión de los territorios no irrigados en las tierras secas de

Mendoza, Argentina. *Región y Sociedad*, México, 32, 3-32.

Nogué, J., de San Eugenio, J., & Sala, P. (2020). La implementación de indicadores de lo intangible para catalogar el paisaje percibido. El caso del Observatorio del Paisaje de Cataluña. *Revista De Geografía Norte Grande*, (72), 75–91. <https://doi.org/10.4067/S0718-34022019000100075>

ONU-Habitat (s/f). El Plan estratégico 2020-2030. Disponible en: https://unhabitat.org/sites/default/files/2019/12/strategic_plan_esp_web.pdf. [Último acceso 09 04 2024]

Pastor, G. C., Torres, L. M., & Pastor, L. M. (2020). Landscape enclaves: wine capitalism and luxury tourism in Mendoza, Argentina. *Journal of Political Ecology*, 27(1), 580-593.

Pastor, G., Rodrigues Alves, M., Sánchez Fuentes, D., Marchionni, F., & Torres, L. (2016). Miradas e instrumentos para la catalogación de paisajes latinoamericanos. *Perspectivas emergentes*. *Revista De Urbanismo*, (34), 138–157. <https://doi.org/10.5354/ru.v0i34.39012>

Ribas Palom, A. (2007). Los paisajes del agua como paisajes culturales: Conceptos, métodos y una experiencia práctica para su interpretación y valorización. © *Revista da Associação de Professores de Geografia*, 2007, núm. 32, p. 39-48.

Ríos, D. M. (2023). El Bajo de San Isidro y las elites. Modernización, imaginarios geográficos e identidades de un paisaje de privilegio en tensión (1850-1940). *Revista de Geografía Norte Grande*, (86), 0-0.

Robles, M. D. C., Martínez, C. F., & Boschi, C. (2019). Los espacios verdes como estrategia de mitigación de la contaminación sonora. Evaluación y análisis del Parque O'Higgins de la ciudad de Mendoza-Argentina. *Revista internacional de contaminación ambiental*, 35(4), 889-904.

Santos, M. 1996. Metamorfosis del espacio habitado. *Oikos-tau*

Stanek, L. (2011). *Henri Lefebvre on space: Architecture, urban research, and the production of theory*. U of Minnesota Press.

Torres, L. (2010). Claroscuros del desarrollo sustentable y la lucha contra la desertificación: las

racionalidades económicas en el ojo de la tormenta: Estudio de caso con productores caprinos de tierras secas [Mendoza, Argentina]. *Mundo Agrario*, 11(21).

Torres, L. M., Pastor, G. C., Marchionni, F., & Agneni, E. (2022). ¡Los motos son unos diablos! Usos, tensiones y conflictos para la producción pastoril en los bordes de la ciudad. *Población y sociedad*, 29(2), 215-242.

Velázquez, G., & Lende, S. G. (2005). Medio técnico-científico-informacional y equipamiento tecnológico: Modernización y fragmentación socioterritorial en la Argentina a comienzos del siglo XXI. *Cuadernos de Geografía: Revista Colombiana de Geografía*, (14), 43-63.

Fuentes de información

<https://unhabitat.org/>

Banco Mundial <https://datos.bancomundial.org/>

INDEC, 2022. Censo Nacional de Población y Vivienda. Disponible en: https://censo.gob.ar/index.php/datos_definitivos/

UNICIPIO, 2017 Disponible en: <https://www.mendoza.gov.ar/unicipio/wp-content/uploads/sites/32/2018/05/Plan-de-Acci%C3%B3n-UNICIPIO-Mendoza-Sostenible.pdf>